



DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO  
JANEIRO DE 2015

R\$ 1,00

RECEITAS	
<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>1.388.538.765,64</b>
Impostos	1.677.528.374,74
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	131.753.328,42
(-) Repasses aos Municípios - Transferências Constitucionais e Legais	420.742.937,52
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>38.488.395,67</b>
Transferências do FNDE	38.488.395,67
Transferências de Convênios Destinados a Programas de Educação	-
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>175.735.719,23</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	174.940.298,17
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	795.421,06
DESPESAS	
<b>II - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DAS FONTES TESOURO<sup>1</sup></b>	<b>111.765.221,06</b>
<b>III - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>124.649.396,40</b>
Pagamento dos Profissionais do Magistério	115.631.188,31
Outras Despesas	9.018.208,09
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>663.778,78</b>
Custeadas com a Contribuição Social do Salário-Educação	663.778,78
Custeadas com Outras Receitas	-
<b>IV - DEDUÇÕES/ADIÇÕES PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>78.435.804,27</b>
Perda nas Transferências do FUNDEB	79.231.225,33
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	(795.421,06)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	-
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	-
Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (Fontes Tesouro e Fundeb) <sup>2</sup>	-
<b>V - DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>-</b>
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III + IV)</b>	<b>314.850.421,73</b>
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS ATÉ O MÊS <sup>3</sup>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (25% DA RLI)	<b>347.134.691,41</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>314.850.421,73</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>(32.284.269,68)</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>22,67</b>
VALOR DO FUNDEB A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)	<b>105.441.431,54</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>115.631.188,31</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>10.189.756,77</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO<sup>4</sup></b>	<b>65,80</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC

Notas:

<sup>1</sup> De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, foram consideradas 55% das despesas liquidadas custeadas com recursos do Tesouro do Estado.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2015 foram cancelados R\$ 147.385,79 dos Restos a Pagar inscritos em 2014 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2014 o Estado aplicou R\$ 432.634.816,66 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação anual de, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 11 de Fevereiro de 2015

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA  
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS  
CONTADOR CRCSC 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
JANEIRO DE 2015

R\$ 1,00

<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>1.388.538.765,64</b>
Impostos	1.677.528.374,74
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	131.753.328,42
Deduções De Transferências Constitucionais aos Municípios	420.742.937,52
<b>DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE<sup>1</sup></b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Todas as fontes)	116.310.060,92
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	7.088.094,01
Recursos do Sistema Único de Saúde	7.088.094,01
Recursos de Operações de Crédito	-
Outros Recursos	-
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS À SAÚDE	-
<b>II - TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (Fonte Tesouro)</b>	<b>109.221.966,91</b>
<b>III - AJUSTES CONSIDERADOS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados à Saúde (Fonte Tesouro) <sup>2</sup>	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III)</b>	<b>109.221.966,91</b>
<b>VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL ATÉ O MÊS<sup>3</sup></b>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (12% DA RLI)	166.624.651,88
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	109.221.966,91
<b>DIFERENÇA</b>	<b>(57.402.684,97)</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>7,87</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS:

<sup>1</sup> Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e pela Secretaria de Administração na ação 952 - Saúde e segurança no contexto operacional, pois, embora contabilizados na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2015 foram cancelados R\$ 6.451,42 dos restos a pagar inscritos em 2014 ( Fonte do Tesouro ). Como em 2014 o Estado aplicou R\$ 17.302.545,16 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação **anual** de, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 09 de Fevereiro de 2015.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA  
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS  
CONTADOR CRCSC 23.823/O-7